

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício de 2017

1 – Informações Gerais:

1.1 Domicílio e classificação jurídica da entidade:

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público (Associação pública) e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, bairro Canto, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina

1.2 Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O CIGA é um consórcio público que possui como missão prover soluções tecnológicas para a melhoria da gestão pública, e conta com mais de 300 municípios consorciados. Atualmente, o CIGA disponibiliza aos municípios consorciados os seguintes serviços de tecnologia: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM, Gestão do Simples Nacional – G-Simples, Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônicas – G-Nota, Gestão das Câmaras Municipais – G-Câmara, Gestão de Obras – G-Obras, Gestão de Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC e o Sistema SinFAT (via Acordo de Cooperação com FATMA, MP/SC, FECAM e EGEM).

2 - Evidenciação das Políticas Contábeis:

2.1 Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64. A escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (Resolução CFC nº 1.111/2007) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP).

2.2 Alterações nas políticas contábeis: em relação ao exercício de 2016, não houve alterações nas políticas contábeis.

2.3 Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico das transações. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas não foram ajustados a valor presente.

2.4 Regime contábil: o regime contábil das variações patrimoniais utilizado no exercício foi o regime de competência.

3 - Critérios Contábeis e Estimativas Utilizados nas Demonstrações Contábeis:

3.1 Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Orçamentário

O orçamento, aprovado por meio da Resolução CIGA nº 105, de 28 de julho de 2016, não sofreu atualização monetária desde a data de elaboração até sua efetiva abertura.

No referido exercício não houve receitas ou despesas intraorçamentárias, uma vez que o CIGA possui apenas uma unidade orçamentária (a qual abrange toda a sua operação).

No exercício, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 413.227,10 (quatrocentos e treze mil duzentos e vinte e sete reais e dez centavos), sendo oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

A Reserva de Contingência não foi utilizada no exercício de 2017.

O valor dos restos a pagar, inscritos no início do exercício, totalizou R\$ 789.369,26 (setecentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos). Do referido montante, R\$ 35.142,70 (trinta e cinco mil, cento e quarenta e dois reais e setenta centavos) foram pagos, e o restante, no valor R\$ 754.226,56 (setecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos), foi cancelado.

No Balanço Orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre o total desses valores.

Valores em R\$	
Receitas Arrecadadas	31/12/2017
Receitas Correntes	4.177.145,52
Receita Patrimonial	278.940,60
Receita de Serviços	3.898.194,92
Receita Corrente Diversas	10,00
Receitas de Capital	-
Total	4.177.145,52

	Valores em R\$
Despesas Empenhadas	31/12/2017
Despesas Correntes	2.957.191,10
Pessoal e encargos	1.662.400,61
Outras despesas correntes	1.294.790,49
Despesas de Capital	35.504,83
Investimentos	35.504,83
Total	2.992.695,93

Superávit Orçamentário	1.184.449,59
-------------------------------	---------------------

3.2 Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Financeiro

O critério utilizado pela Entidade, quanto à contabilização das retenções em despesas orçamentárias, é o de considerar a retenção como valor restituível, ou receita orçamentária, conforme a espécie da retenção, no momento da liquidação da despesa orçamentária, efetuando-se o pagamento orçamentário do empenho ao fornecedor da parcela equivalente à retenção e, simultaneamente, arrecadando a receita extraorçamentária ou orçamentária, conforme a retenção.

3.3 Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

a) Ativo Circulante

a.1) Disponibilidades: Caixa e equivalentes de caixa

Em 31/12/2017, o CIGA possuía, além das contas correntes movimentação, aplicações financeiras.

	Valores em R\$	
Contas	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil - Movimento - 2.008-7	45.225,27	2.140,53
Banco do Brasil - Movimento - 2.012-5	21.821,72	12.980,88
Banco do Brasil - Movimento - 2.013-3	3.105,26	19.326,17
Banco do Brasil - Movimento - 2.016-8	9.796,36	-
Banco do Brasil - Movimento - 2.018-4	-	13.834,79
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 2.008-7	14.559,45	448.583,90
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 2.016-8	3.653.714,41	1.919.382,64
Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 25.756-7	3,29	88.075,64

Aplic. Banco do Brasil - Movimento - 28.515-3	110,73	58,51
Total	3.748.336,49	2.504.383,06

a.2) Créditos a curto prazo

São registrados pelo regime de competência. Os clientes compreendem os créditos relativos aos serviços prestados aos municípios consorciados, cuja provável realização ocorrerá até o término do exercício seguinte. Adiantamento ao fornecedor compreende em pagamento a maior a fornecedor, aguardando devolução.

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Clientes	52.441,03	99.420,74
Adiantamento a fornecedor	1.050,00	
Total	53.491,03	99.420,74

a.3) Estoques

Os estoques foram mensurados pelo custo histórico de aquisição, sendo segregados em: Materiais de Higiene e Limpeza, Materiais de Copa e Cozinha, Gêneros Alimentícios e Material de Expediente. Foi realizado o inventário geral dos materiais em 29 de dezembro de 2017.

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Material de higiene e limpeza	1.115,11	1.416,22
Material de copa e cozinha	1.064,85	1.160,40
Gêneros alimentícios	532,83	100,44
Material de expediente	1740,87	4.610,05
Total	4.453,66	7.287,11

b) Ativo Não Circulante

b.1) Ativo Realizável a Longo Prazo

Representam os créditos a receber cuja realização provável se dará após o término do exercício seguinte. São créditos de clientes que não tem previsão de recebimento e que, após cobrança formal, dar-se-á início a ajuste para perdas em 2018.

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Clientes	86.344,50	86.344,50

b.2) Imobilizado

No exercício de 2017, a variação no saldo do ativo de imobilizado refere-se às adições que totalizaram R\$ 36.882,36 (trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Não houve uma avaliação dos bens que levaram ao reconhecimento da inservibilidade de bens.

Não houve ajuste de exercícios anteriores relacionado ao ativo imobilizado.

Não houve contabilização de depreciação do ativo imobilizado em 2017. Conforme estabelecido pela Portaria STN nº 548/2015, tal procedimento (depreciação de bem móveis e imóveis) deve ter sua execução iniciada a partir, no máximo, do exercício de 2020.

Não houve ajuste para perdas por desvalorização (*impairment test*).

Não houve reavaliação do ativo imobilizado.

Não houve recebimento de bens em doação.

Não houve realização de inventário geral dos bens.

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Máquinas, aparelhos e ferramentas	17.480,28	8.318,38
Bens de Informática	169.624,64	155.563,46
Móveis e utensílios	65.012,99	51.952,99
Materiais culturais, educativos e de comunicação	3.515,75	2.916,00
Veículos	72.750,00	72.750,00
Bens Imóveis	775.376,82	775.376,82
Total	1.103.760,48	1.066.877,65

b.3) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de software.

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Softwares	4.080,00	
Total	4.080,00	

c) Passivo Circulante

Registrado pelo valor de liquidação em ordem decrescente de exigibilidade. Corresponde aos salários dos colaboradores, encargos sociais, fornecedores de serviços e materiais, provenientes de despesas liquidadas, mas não pagas até 31.12.2017, impostos retidos de terceiros e colaboradores e obrigações fiscais.

Os reconhecimentos por competência dos passivos relativos à gratificação natalina e férias, foram reconhecidos na data da efetivação da despesa. Não foi reconhecido os encargos sobre tal passivos.

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal a pagar	25.533,47	167,33
Fornecedores a pagar	67.102,56	1.566,65
Impostos a recolher	3.567,43	3.337,01
Valores restituíveis	2.329,99	1.786,70
Total	98.533,45	6.857,69

d) Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente

Houve ajustes de exercícios anteriores decorrente de reconhecimento indevido de receita com prestação de serviços no valor de R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais).

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de exercícios anteriores	3.757.455,37	2.115.273,75
Resultado do exercício	1.147.727,34	1.642.559,62
Ajuste de exercícios anteriores	-3.250,00	378,00
Total	4.901.932,71	3.757.455,37

e) Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro apresentado poderá servir de fonte de recurso para abertura de créditos adicionais ao orçamento de 2018 conforme art. Nº 43 da lei 4320/64.

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Financeiro	3.748.336,49	2.504.383,06
(-)Passivo Financeiro	96.433,24	791.155,96
Superávit Financeiro	3.651.903,25	1.713.227,10

3.4 Anexo 15 da Lei nº 4.320/64 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ 1.147.727,34 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos).

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.133.668,72	4.120.860,1
Variações Patrimoniais Diminutivas	2.985.941,38	2.478.300,52
Superávit Patrimonial	1.147.727,34	1.642.559,62

3.5 Anexo 18 da Lei nº 4.320/64 - Demonstração do Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta a movimentação do caixa com os ingressos de receitas e os pagamentos das despesas, evidenciando a geração ou o consumo de caixa no exercício. Proporciona, ainda, a visão dos custos operacionais e os investimentos na entidade.

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Ingressos Atividades Operacionais	4.220.821,90	4.003.247,10
Receita de Serviços	3.898.194,92	3.774.714,01
Remuneração de Aplicação de recursos	278.940,60	194.572,35
Outras receitas	10,00	46,70
Outas receitas Operacionais	43.676,38	33.914,04
Desembolsos Atividades Operacionais	2.947.347,64	2.512.517,83
Administração	978.421,82	738.061,26
Ciência e Tecnologia	1.653.957,51	1.433.502,84
Outros desembolsos operacionais	314.968,31	340.953,73
Desembolsos Atividades Investimento	29.520,83	47.252,93
Aquisição Ativo Imobilizado	25.440,83	47.252,93
Aquisição Ativo Intangível	4.080,00	
Caixa e equivalente de caixa inicial	2.504.383,06	1.060.901,72
Caixa e equivalente de caixa final	3.748.336,49	2.504.383,06

4 - Informações Adicionais:

4.1 Anulação de empenho:

Os empenhos de números 418 e 419 de 2016 no valor total de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), cujo objeto era aquisição de duas salas e duas vagas de garagens no Edifício Centro Executivo Imperatriz foi anulado, tendo em vista a rescisão de forma amigável do Contrato Nº 400/2016/CIGA, uma vez que as partes não possuíam mais interesse na continuidade do Contrato entre si celebrado.

4.2 Lançamento contábil:

Houve o estorno de lançamentos contábeis, os quais foram indevidamente efetuados devido a uma interpretação errada de como registrar as despesas com adiantamentos de gratificação natalina. Em novembro de 2017, constatado o erro pela não emissão de empenho, os mesmos foram emitidos, liquidados e pagos naquele momento.

4.3 Legislações relevantes que regem as operações do CIGA:

- ✓ Lei nº 4.320/64 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- ✓ Lei Complementar nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- ✓ Portaria STN/SOF 163/2001 – Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- ✓ Lei nº 11.107/05 – Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- ✓ Decreto nº 6.017/07 – Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos;
- ✓ Portaria STN nº 860/2005 – Consórcio Público.

4.4 Contingências

O CIGA é parte ré em processo judicial de natureza cível, decorrente do curso normal de suas atividades. A respectiva provisão para contingências não foi constituída considerando a avaliação de probabilidade possível e não provável de perda da questão (ação). O valor possível pré-estabelecido na Ação Condenatória n.º 0306419-55.2017.8.24.0023, que tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, é de R\$ 1.614.663,43 (um milhão, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos), conforme valor da causa corrigido em 21 de novembro de 2017.

4.5 Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros.

4.6 Responsabilidades na Gestão

- ✓ Gilsoni Lunardi Albino – Diretor Executivo do CIGA
- ✓ Douglas Fernando de Mello – Prefeito de Lebon Regis e Presidente do CIGA

Grasiele Hoffmann
Contadora do Ciga